

**DINACLEI DOS SANTOS
TALITA HELOÍSA BANDEIRA VANSO
VIVIAM MARQUES LEDERMANN
ZENAIR MARQUES LEDERMANN**

**MÍDIA GRÁFICA DE AUXÍLIO À PRÁTICA DO ECOTURISMO
E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**CURITIBA
2002**

**DINACLEI DOS SANTOS
TALITA HELOÍSA BANDEIRA VANSO
VIVIAM MARQUES LEDERMANN
ZENAIR MARQUES LEDERMANN**

**MÍDIA GRÁFICA DE AUXÍLIO À PRÁTICA DO ECOTURISMO
E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Ecoturismo/IBPEX: Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão.

Orientador: **Professor Paulo Cerdeira**

**CURITIBA
2002**

Dedicamos este trabalho aos amantes da natureza que,
como nós, tentam de alguma forma preservar
o que a humanidade tem de mais precioso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram
para a realização e divulgação deste trabalho.

Aos pais, companheiros e amigos, pela paciência,
dedicação e apoio durante o planejamento deste projeto.

Enfim, agradecemos especialmente a todas as pessoas
que colaboraram como sujeitos desta obra final.

*Pouco conhecimento faz que as
criaturas se sintam orgulhosas.
Muito conhecimento, que se sintam humildes.
É assim que as espigas sem grãos erguem
desdenhosamente a cabeça para o céu, enquanto que
as cheias a baixam para a terra, sua mãe.*

Leonardo da Vinci

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	1
2 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA	5
3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO	7
3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	7
3.2 CONTEXTO INTERNACIONAL	8
3.3 CONTEXTO NACIONAL	10
3.4 CONTEXTO ESTADUAL – PARANÁ	13
4 QUALIDADE NO TRABALHO EDUCACIONAL	16
5 ECOTURISMO: O TURISMO DE HOJE	18
6 COMUNICAÇÃO	32
6.1 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	34
6.2 O USO DO DESIGN GRÁFICO	35
6.3 DIAGRAMAÇÃO	40
6.4 VOCABULÁRIO	40
7 REVISTA	41
7.1 DADOS GRÁFICOS	41
7.2 PUBLICIDADE	42
7.3 CARACTERÍSTICAS	42
8 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

LISTA DE SIGLAS

CEMA	- Conselho Estadual do Meio Ambiente (PR)
COPATI	- Consórcio Intermunicipal de Proteção Ambiental da Bacia do Tibagi
E.A.	- Educação Ambiental
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta
M.A.	- Meio Ambiente
MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MMA	- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
PRONEA	- Programa Nacional de Educação Ambiental
ONGs	- Organizações Não-Governamentais
ONU	- Organização das Nações Unidas
PARANATUR	- Empresa Paranaense de Turismo
PEMA	- Programa Estadual de Meio Ambiente
PIEA	- Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPMA	- Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
SEMA	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SUDERHA	- Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
Ucs	- Unidades de Conservação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Em pleno século XXI, a educação ambiental vigente é tratada de forma errônea. Por isso, através de pesquisas e entrevistas, chegou-se a conclusão da necessidade de produzir uma revista especializada no assunto, que pretende interagir com o público estudantil, docentes, esportistas e os voluntários, que através de ONGs, vêm mudando o mundo. Este veículo de comunicação propõe-se informar de maneira clara e objetiva como utilizar os recursos naturais do Paraná, através da prática do Ecoturismo. Prática esta visando o desenvolvimento sustentável, além de contribuir com o progresso do Estado, apresentando alternativas para os diversos segmentos da economia, turismo, indústria e a geração de mão-de-obra. A realidade ambiental que hoje podemos observar é resultado de um processo histórico de ocupação e transformação de espaço, por parte de uma sociedade. Estudar a relação sociedade-natureza implica em identificar as relações que os homens estabelecem entre si, no processo de transformação da natureza. Por isso insere-se a temática do aprendizado e a importância de uma revista especializada em educação ambiental. Os princípios da gestão ambiental de desenvolvimento não só colocam a necessidade de estabelecer critérios ecológicos, bem como infundir o espírito crítico nos jovens e adolescentes. A atividade de Educação Ambiental passa pela estrutura do modo de vida do homem, onde se estabelece a relação do meio social com o meio natural, transformando a Educação Ambiental em atividade interdisciplinar. A atividade envolve entre outras coisas, a garantia de uma melhor qualidade de vida e um meio ambiente preservado. A educação é considerada como processo ou instrumento através do qual, se vai induzindo a mudança de comportamentos e atividades individuais e coletivas na busca de novas relações entre os homens e destes com a natureza. Para que seja alcançada uma melhor compreensão dos fatos que capacite o desempenho de ações transformadoras adequadas faz-se necessário que a consciência ecológica seja uma decorrência natural. A parceria da comunidade com o ambiente escolar, onde os alunos exercem a sua cidadania, é propícia à formação de novos questionamentos e o despertar de novos interesses. A escola é um dos locais sociais que tem maior possibilidade de cultivar a consciência ambiental desde os primeiros anos de escolaridade. Basta para tanto, que o saber esteja ao alcance e à disposição dos professores e alunos para ser utilizado de maneira produtiva. O enfoque principal desta mídia gráfica é permitir a conscientização e a formação de cidadãos brasileiros capazes de lutar pelo meio ambiente e mudar a atual situação que permeia o Brasil. Informação, vivência e conhecimento são recursos importantes no desenvolvimento da cidadania, sendo a escola o ambiente ideal para que o interesse pela preservação do meio ambiente seja despertada. A leitura é um exercício fundamental para que a prática da cidadania seja exercida.

1 INTRODUÇÃO

Durante décadas o mundo sofreu constantes agressões em seu meio ambiente, sem ter-se a noção de uso e a exploração intensiva de seus recursos naturais. A natureza, sempre generosa, oferece a oportunidade de recuperar parte do que já foi destruído. Felizmente, o século 20 foi marcado por vários avanços tecnológicos e descobertas científicas de grande relevância para a humanidade, provando-se que é possível desenvolver projetos em todas as áreas, sem prejudicar o meio ambiente. O progresso não significaria nada para a humanidade se ela não puder dele desfrutar.

Ao longo do desenvolvimento sócio-cultural da humanidade observa-se a grande preocupação com a escassez dos recursos naturais. Esta preocupação decorre do aumento populacional ocorrido em todo mundo no último século. Em contrapartida, os recursos naturais estão se exaurindo gradativamente.

A expansão do mercado em nível mundial deve ser interpretada como um elemento principal de homogeneização e universalização da experiência humana. A atual “derrubada” de fronteiras seja econômica, cultural ou ambiental, anuncia a chegada de um novo período, de importância inestimável na construção de um futuro sustentável.

A Educação Ambiental é uma prática de cidadania em prol da minimização dos impactos ambientais causados pela má utilização dos recursos naturais. Proporciona, também, através de idéias básicas, críticas, atuações profissionais e educacionais, um melhor aproveitamento destes recursos. A capacitação do cidadão ajuda a identificar, analisar e expor problemas ambientais causados por empreendimentos humanos.

As políticas desenvolvidas pelo Brasil para a biodiversidade, como a fiscalização, a pesquisa científica, a Educação Ambiental e a gestão de áreas protegidas, entre outras, nem sempre atingem seus objetivos. A exploração dos recursos naturais transformou-se em agente impulsionador da economia nacional. Determinadas atividades recebem subsídios federais e taxas diferenciadas para elevação da geração de negócios no ramo de turismo.

Considerando que a prática do Ecoturismo é uma tendência mundial, o uso sustentável de atrativos e recursos naturais começa a fazer parte da cultura da política

nacional de desenvolvimento. Contudo, só haverá condições de sustentabilidade caso exista equilíbrio entre visitantes e a cultura da população local. Levando-se em conta que hoje a economia global é uma realidade, muito se tem falado sobre Ecoturismo no Brasil, o quanto se pode explorar das belezas de um País grandioso em sua diversidade e do número de empregos que pode gerar. O Ecoturismo não deve ser predatório e, sim, uma nova fonte de energia que deverá impulsionar o crescimento econômico do Brasil, compatibilizando as atividades de Ecoturismo com a conservação de áreas naturais e a capacitação dos recursos humanos, gerando divisas, promovendo o intercâmbio cultural. Por outro lado, existe um grande número de “agentes de turismo” que não se preocupam em buscar informações junto às instituições de pesquisas sérias, com o intuito de fazer um levantamento e um planejamento adequado de conservação a cada ecossistema a ser visitado.

Este projeto visa desenvolver uma consciência ambiental, que proporcione às gerações futuras uma melhor condição de vida, contribuindo para o conhecimento e a conservação do patrimônio natural, estimulando também, de forma saudável, a prática de atividades junto à natureza para que causem o menor impacto possível.

Para a realização deste projeto foram feitas pesquisas em diversas fontes bibliográficas, baseando-se ainda nos conceitos fornecidos por professores do curso de Ecoturismo.

A linha teórica usada para fundamentar este projeto foi baseada exclusivamente na prática do Ecoturismo, porque não se pode falar em Ecoturismo sem falar em Educação Ambiental. Segundo WESTERN (1995, p. 15):

O Ecoturismo explodiu no mundo das viagens e da conservação como um tsunami, um verdadeiro maremoto; porém, suas origens são definitivamente mais evolutivas que revolucionárias. As raízes do Ecoturismo encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. Os visitantes que, há um século, chegaram em massa aos parques nacionais de Yellowstone e Yosemite foram os primeiros ecoturistas.

Em agosto de 1994, no Brasil, o Grupo de Trabalho Interministerial em Ecoturismo, que reuniu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e o Ministério do Meio Ambiente da Amazônia Legal, além da Embratur, Ibama, empresários e consultores, chegou à seguinte definição: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da

interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE ECOTURISMO, MICT/MMA, 1995, p. 19).

Apesar desta definição, muitos profissionais da área de Ecoturismo e Educação Ambiental apresentam conceituações diferentes. A prática do Ecoturismo é uma atividade recente no Brasil, sendo ainda difícil avaliar os produtos e a exploração correta dessa atividade.

Para a escolha deste projeto foi levada em consideração a afinidade de interesses da área de estudo com a área profissional. Além disso, observou-se a oportunidade de suprir uma carência na área de Ecoturismo e Educação Ambiental, usando a área de Comunicação. Por meio de indicações e pesquisas, foi definida a problemática. A partir disso, elaborou-se o projeto com bibliografias que oferecessem base às áreas de interesse.

Foram elaborados para este projeto planejamentos nas áreas ambientais e gráficas, definindo qual seria o veículo de comunicação mais adequado e sua principal finalidade.

Fundamentou-se o projeto na Educação Ambiental, por ser esta uma ação positiva que ajuda a sensibilizar e valorizar o meio ambiente como um todo.

Salientamos que o objetivo geral desta monografia é propor a criação de uma revista direcionada à prática de Ecoturismo e de Educação Ambiental, devido a uma lacuna existente no mercado paranaense. Através de levantamentos realizados junto aos órgãos municipal e estadual, verificou-se a carência de uma mídia gráfica. Como consequência, evidencia-se uma falta de interesse em ações necessárias para a preservação e o respeito ao Meio Ambiente. Quanto aos objetivos específicos, tratam-se de questionar atividades relacionadas ao meio ambiente como meio de divulgação; analisar situações atuais de Parques e UC's para discussão e interatividade entre o leitor e a redação da revista; discutir questões ambientais em evidência nos veículos de comunicação; divulgar locais de interesse para a prática do Ecoturismo; indicar fontes de informações e bibliográficas de interesses ambientais para que os leitores possam se aprofundar nos assuntos da revista e ainda propor ações de Educação Ambiental por meio de mídia gráfica.

A condução da pesquisa foi baseada com a intenção de oferecer uma leitura clara e atrativa, a qual incentiva os leitores a prestarem mais atenção e assimilarem

facilmente as informações. Outro fator contribuinte foi a inexistência de um veículo de comunicação com este formato, ou seja, as atuais mídias estão voltadas ao segmento comercial, sem trazer informações de cunho educacional.

2 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA

De acordo com o Dicionário Aurélio, leitura é o ato, arte ou hábito de ler. Desde cedo a criança deve ser estimulada à leitura. Os pais têm um papel fundamental na introdução ao conhecimento, mas é na escola que esse hábito torna-se a cada dia mais evidente. O conhecimento é apresentado aos alunos de forma fragmentada, mas a leitura é um ato contínuo, onde os estudantes, através da discussão, participação e integração, buscam o conhecimento de forma construtiva.

A leitura hoje, mais do que nunca, deixou de ser uma prática elitista. Desde o século XIX a leitura tornou-se uma prática social generalizada, pois no “tempo dos escribas, a leitura era elitista. Os letrados se extenuavam na leitura bem lenta, em voz alta ou baixa. Apenas alguns precursores, pressentiam a leitura visual, silenciosa”. (BELLENGER, Lionel, 1978, p. 10.)

É fundamental que as crianças que vão à escola possam engajar-se em atividades que desenvolvam o hábito da leitura e estimulem a criatividade no intuito de formarmos cidadãos mais engajados na questão ambiental. Entretanto, como mostra BAMBERGER (1988, p. 28), “é fundamental que se ofereça grande quantidade de material de leitura capaz de interessar e divertir os alunos, na só aumentando a sua capacidade de leitura, como também induzindo a um permanente hábito de leitura”.

A leitura é vista como a forma ideal para que o aluno reconstrua seus conhecimentos prévios e a produção como o momento para falar sobre seus novos conhecimentos.

Segundo KLEIMAN (1996) “é possível criar condições para o aluno fazer predições, orientado pelo professor, que além de permitir-lhe utilizar seus próprios conhecimentos, superar eventuais problemas, construindo suportes para enriquecimento dessas predições e mobilizando maior conhecimento sobre o assunto”.

A leitura como atividade de linguagem é uma prática social de alcance político. Ao promover a interação entre os indivíduos, a leitura, não só do texto, mas também do mundo, deve ser capaz de construir pessoas capazes de atuar no mundo como cidadãos. Não se quer só alfabetizados analfabetos, mas sim pessoas capazes de entender não só o que está escrito, mas principalmente as entrelinhas.

Segundo FREIRE (1982, p.11) “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura dessa não possa prescindir da continuidade da leitura escrita”. O desenvolvimento da linguagem é uma experiência pessoal, individual, isto é, depende muito das relações de cada um dentro do processo comunicativo.

A escola deverá, ao longo dos anos que compreende o ensino fundamental (oito), oferecer meios para o aluno compreender o meio ambiente e sua magnitude. Deverá desenvolver um questionamento maior quanto às posturas sociais e governamentais com relação à educação, preservação e formas de desenvolvimento sustentável.

Situações concretas devem ser mostradas como a atividade da mineração, extrativismo, pesca predatória, desmatamento, caça a animais silvestres, dentre outros que acabam por descaracterizar o meio ambiente.

Segundo PERROTTI, na Revista Nova Escola (1990, p.23):

O professor não está aí só para ensinar a ler, ele está aí para compartilhar a leitura. Não só com técnicas, mas com emoções. Mais importante que o número de livros lidos é a atividade de compartilhar o experimento na leitura e tudo que ele possa suscitar. A atitude do professor, neste momento, é um dado fundamental da relação entre o adulto e a criança nesse caminho para a leitura como ato cultural. A questão não é ter que ler, mas descobrir a leitura.

A educação é considerada instrumento por meio do qual se vai induzindo a mudanças comportamentais e a prática de atividades individuais e coletivas na busca de novas relações entre ser humano e natureza.

A questão ambiental deve levar os alunos à reflexão sobre os problemas que afetam a vida, a comunidade e o seu entorno. A grande maioria dos assuntos de interesse para os discentes é relativa à realidade mais próxima de sua realidade. Em nível global, o importante é a contribuição que a escola pode oferecer para tornar os alunos sempre mais comprometidos com o meio ambiente e a vida.

3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sabe-se que é de obrigação do Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Infelizmente, o que deveria ser um fato verídico, não passa de poucas ações proferidas pelo Governo Federal.

De acordo com a Conferência de Tbilisi, em 1997, a Educação Ambiental é entendida como uma alavanca para a resolução de problemas relacionados ao meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma efetiva participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade. Em tempos de maciça degradação ambiental, as iniciativas privada e pública devem ser parceiras na ação educativa da consciência da sociedade em favor da preservação ambiental para as presentes e futuras gerações.

Por tal fato, a revista surge como um meio de orientar passivamente os leitores e interessados na área, para que ativamente coloquem e também orientem a prática dos conceitos de Educação Ambiental, contribuindo assim para a natureza e, principalmente, para a humanidade.

Falar em Educação Ambiental é remeter-se há milhares de anos, talvez três mil anos atrás, com as tentativas preservacionistas do rei Ikhnaton. É prova de uma preocupação antiga com a biodiversidade.

Em tempos modernos, a Educação Ambiental está prevista no novo conceito de modelo escolar e assim abre espaço para seu desempenho e desenvolvimento. Contudo, a escola ambientalista não promoverá somente a EA (Educação Ambiental), mas sim será responsável em discutir valores éticos sobre o modo de vida humano contemporâneo.

A preocupação básica da EA é garantir um meio ambiente saudável para todos os tipos de vida existentes no planeta. É evitar ações predatórias, extinções, através de um processo educativo que englobe ciência e ética.

Desta forma, a Educação Ambiental tratada na sala de aula influenciará na formação de cidadãos conscientes, conhecedores dos problemas globais, atuantes

em comunidades. Mudanças estas que virão num futuro distante, já que os resultados desta conscientização não são imediatos. Mas, somente trabalhada de forma interdisciplinar, vinculadas à realidade cotidiana da sociedade, é que a EA estará sendo desenvolvida em prol do planeta e das futuras gerações.

No desenvolvimento desta monografia é oportuno citar BARRA (2000, p. 1) que apresenta “a Educação Ambiental como um processo educativo permanente, o qual os indivíduos adquirem conhecimentos, desenvolvem valores, atitudes, habilidades e comportamentos que permitem-lhes tomar decisões responsáveis no que se refere à sua interação no meio ambiente, visando a manutenção da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável”.

3. 2 CONTEXTO INTERNACIONAL

Na década de 60, houve um grande crescimento industrial nos países ricos. Em várias partes do mundo a poluição gerada pelas indústrias destruiu rios e poluiu as cidades, com gases e poeira tóxica. O uso abusivo de fertilizantes e biocidas envenenou a água e os solos, causando o desaparecimento de espécies.

Não obstante, a prepotência e a arrogância com que o homem tratava o seu meio tornava-o cego ao óbvio: os recursos naturais são finitos, limitados e estão dinamicamente interligados. Daí a necessidade de reverter esta situação. O homem percebeu que era preciso repensar seu modelo estratégico de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Neste momento, foram criadas leis, multas e privação da liberdade com o intuito de preservar o que havia sobrado da natureza. Mas estas medidas não foram suficientes e neste momento foi associado o processo educativo para conceber estrategicamente a sociedade.

No passado, a devastação ambiental não era uma preocupação do dia-a-dia; havia pessoas que a denunciavam. O cacique indígena norte-americano Seattle, em 1854, era uma destas pessoas. Disse que os índios sabiam viver saudáveis e felizes sem destruir irremediavelmente os recursos naturais, demonstrando ter conhecimento sobre as leis da natureza. Previu, por instinto, o que o homem deste século fez com auxílio de técnicas complicadas: “... a terra lhe é preciosa a feri-la é desprezar o seu Criador. Os brancos também passarão; talvez mais

cedo do que todas as outras tribos. Contaminam suas camas e uma noite serão sufocados pelos próprios dejetos” (p. 335)

Além disso, segundo LEFF (2000, p. 25), citando CASTRO:

As práticas agrícolas de monocultura foram implantadas sem os conhecimentos tecnológicos necessários para conservar a produtividade da terra. Diferentemente do cultivo rotativo que praticavam os indígenas, conservando e renovando a capacidade produtiva dos solos, os colonizadores europeus deixavam após sua passagem vastas zonas erodidas e improdutivas para futuros cultivos.

Ao final da Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo, que aconteceu em 1972, recomendou-se a criação de um Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e reconheceu-se que o seu desenvolvimento era fundamental para a luta contra crise ambiental mundial. Em resposta a isso, especialistas de 65 países reuniram-se em Belgrado, Iugoslávia (1975), para formular os princípios e orientações para o PIEA, lançados no mesmo ano.

Em 1977, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em cooperação com o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), realizou em Tbilisi (Geórgia, ex-União Soviética) a primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental.

O encontro mais importante e decisivo para os rumos da Educação Ambiental no mundo foi a Conferência de Tbilisi, onde foram definidos objetivos, características, estratégias e recomendações.

A Educação Ambiental deveria considerar o meio ambiente em sua totalidade, ser contínua, atingir todas as faixas de idade, ocorrer dentro e fora da escola e examinar as questões ambientais locais, nacionais e internacionais, sob um enfoque interdisciplinar.

O Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais que aconteceu em Moscou, Rússia (1987), onde foram analisadas as conquistas e dificuldades da Educação Ambiental em todo mundo e traçadas as metas para a década de 90, foi de grande importância para a humanidade.

3. 3 CONTEXTO NACIONAL

No Brasil, somente no final dos anos setenta chegaram notícias sobre Educação Ambiental, na maioria informações sobre os aspectos biológicos, sem mencionar os aspectos sociais, econômicos e sociais.

O conceito de Educação Ambiental consolidado na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi, Geórgia/CEI, em 1977, se constitui, até hoje, o ponto culminante do Programa Internacional de Educação Ambiental: “Educação Ambiental é a dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade”.

A proteção da natureza é direito e dever de todos os brasileiros. A Constituição Federal, no Capítulo VI – “Do Meio Ambiente” – assegura a todos o direito “ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” e estabelece que a Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e determina que sua utilização se faça “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Com o advento da Constituinte Brasileira, inclui-se um capítulo específico sobre o meio ambiente na Constituição Brasileira, promulgada em 1988, onde se lê no artigo 225: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O parágrafo primeiro desse mesmo artigo determina ao Poder Público que assegure a efetividade desse direito e uma das ações está clara, no inciso VI, qual seja: “Promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1994, através do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA).

A proteção a natureza é um direito e dever de todos os brasileiros diz a Constituição Federal, com as legislação específicas no Capítulo V – “Do Meio Ambiente”:

- * Código Florestal – Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.
- * Lei de Proteção à Fauna – Nº 4.197 de 3 de janeiro de 1967.
- * Lei dos Crimes Ambientais – Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 3.179, de 21 de setembro de 1999.
- * Decreto nº 750 – 10 de fevereiro de 1993.
- * Lei da Política Nacional de Meio Ambiente – Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.
- * Lei da Política de Educação Nacional de Educação Ambiental – Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, define a Educação Ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.
- * Lei das Águas – Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.
- * Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Uma nova mentalidade se instalou no MEC, em 1990. Através da Assessoria de Educação Ambiental foi dado início a um trabalho nacional de desenvolvimento da Educação Ambiental, promovendo encontros nacionais e regionais, criando centros de Educação Ambiental, organizando treinamentos e estabelecendo uma Política Nacional de Educação Ambiental. Até este momento, o que tínhamos sobre Educação Ambiental havia sido feito pelos órgãos estaduais de Meio Ambiente, como os de São Paulo (CETESB), Rio de Janeiro (FEEMA), Paraná (SURHEMA) e Pernambuco (CPRH), e pela SEMA, do Governo Federal.

Em 27 de abril de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, onde entende-se que Educação Ambiental são os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

São os princípios básicos da Educação Ambiental:

- a) o enfoque humanista, democrático participativo;

- b) a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque de sustentabilidade;
- c) pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- d) a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- e) a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- f) a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- g) o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Nos últimos anos muitos avanços acontecerem no turismo, conservação do meio ambiente e no Ecoturismo. O mais importante deles é que Ecoturismo, não mais um conceito, pelo contrário, o Ecoturismo se tornou uma realidade mundial. No Brasil, poucas são as discussões onde não estão presentes a preocupação com a Educação Ambiental, a preservação do meio ambiente e a prática do Ecoturismo. O Ecoturismo está produzindo benefícios concretos nos campos de conservação e desenvolvimento sustentável.

Entende-se por Educação Ambiental no ensino formal no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando na educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. No ensino médio engloba: educação superior, educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos.

Dado o exposto até agora, fica claro a nós que a Educação Ambiental não se resume a promover debates e editar publicações especializadas; é antes de tudo apresentar e promover uma prática condizente no seu contexto com os desígnios pedagógicos.

Em resumo, podemos dizer que entre as causas da degradação ambiental estão as distorções econômicas decorrentes da não incorporação dos valores ambientais nas decisões econômicas. A avaliação econômica do meio ambiente tem como propósito incorporar os custos e os benefícios proporcionados pelo meio ambiente, para que o preço de mercado reflita a escassez real de um bem, para

compreender os custos e benefícios dos projetos e obter uma melhor alocação dos recursos disponíveis e demonstrar que o meio ambiente é importante para a economia e o bem-estar da população.

O desenvolvimento deve ser suportável, viável e durável. Em outras palavras, ser um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

3. 4 CONTEXTO ESTADUAL – PARANÁ

Na década de 70 foi criado o primeiro Grupo Ambientalista: Associação de Defesa e Educação Ambiental de Curitiba (ADEA) e suas atividades se estenderam a outros municípios: Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão e Cascavel.

A Educação Ambiental teve início no Estado do Paraná de forma mais contundente, a partir da década de 80, através da identificação da problemática ambiental existente, bem como por intermédio do diagnóstico ambiental apresentado por instituições governamentais. Foi durante o governo Richa (1984) que ocorreu o lançamento do Programa Estadual de Meio Ambiente (PEMA), juntamente com a implantação da Educação Ambiental nas Instituições do Estado.

Neste mesmo ano iniciaram-se também os movimentos internos nas Universidades visando a criação de núcleos voltados às questões ambientais, com ações na área de ensino, pesquisa e extensão.

A Secretaria de Estado da Educação (SEED) estruturou em 1986 o Programa de Educação Ambiental e Paisagismo, cujo maior objetivo é trabalhar Educação Ambiental através da modificação do ambiente externo da escola com a criação em áreas verdes, despertando nas crianças atitudes e hábitos conservacionistas.

Neste período inicial, a colaboração e participação de vários profissionais de outras instituições foram de grande importância para a implantação do programa de Educação Ambiental proposto pela SEED.

O fato de profissionais de várias áreas de formação e diferentes órgãos trabalharem em conjunto possibilitou um maior aprofundamento nas discussões sobre a temática ambiental e a Educação Ambiental passou a ser analisada num sentido mais amplo.

Em 1987, a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), com a colaboração da SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente) e do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), lançou o programa Turismo Ecológico, com o objetivo de reaproximar o homem da natureza. Neste mesmo ano, criou-se o NIMAD na UFRn, NEMA na UEL, NUPÉLIA na UEM e também a Universidade Livre do Meio Ambiente em Curitiba.

Em 1988, a PARANATUR (Empresa Paranaense de Turismo) instituiu a Comissão Técnica Estadual de Turismo Ecológico com o objetivo de subsidiar a Comissão Técnica da esfera federal para o desenvolvimento do Programa Turismo Ecológico. Ressalta-se, porém, que esta comissão não obteve resultados. Em 1991, EMBRATUR e IBAMA assinaram convênio definindo trabalho conjunto na implantação da segunda fase do programa. Depois disso, houve diversas iniciativas isoladas de órgãos de governo visando o desenvolvimento do turismo em áreas naturais, destacando-se a promoção da Educação Ambiental, a identificação e divulgação de atrativos e roteiros, a assessoria a projetos ecológicos, entre outros, muitas vezes acarretando em paralelismos.

Foi instituído em 1989, através do decreto governamental nº 5895, o Programa Estadual de Educação Ambiental, com intuito de fomentar na população paranaense a consciência ambiental, objetivando a prática de desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Paraná, associado à conservação do meio ambiente.

Neste período foram realizados Seminários Regionais do Meio Ambiente, com o objetivo de levantar problemas ambientais regionais, disseminar idéias de cunho conservacionista e estimular a sociedade civil a participar de forma mais efetiva nos programas governamentais.

No processo de Educação Ambiental informal o Estado do Paraná dispõe de diversos instrumentos para a informação e orientação do público a respeito da qualidade ambiental e ações modificadoras, visando à recuperação do meio ambiente. Podemos citar o Projeto "Operação Verão" realizado no litoral paranaense em conjunto com a Secretaria de Esporte e Turismo, Secretaria de Estado da Segurança, Polícia Militar do Paraná, Batalhão de Polícia Florestal, que leva informações aos veranistas para a preservação e manutenção da qualidade de vida no litoral paranaense.

Houve a criação da GERAMA na Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Consórcio Intermunicipal de Proteção Ambiental da Bacia do Tibaji (COPATI), integrando 27 municípios.

Em 1991 aconteceu uma reorganização da Educação Ambiental nas instituições do Estado, na tentativa de introduzir a vertente e interdisciplinar, envolvendo as Secretarias Estaduais de Educação, Segurança Pública e da Secretaria do Meio Ambiente.

Em 1995, entre os dias 27 e 30 de novembro, o Banco Internacional de Desenvolvimento realizou, em Curitiba, sua VI Reunião de Consulta sobre o Meio Ambiente às organizações não governamentais das Américas e do Caribe. Aproximadamente 60 ONGs estiveram presentes, debatendo o tema da participação comunitária nas questões referentes ao desenvolvimento do meio ambiente urbano dos projetos financiados pelo BID. Autoridades locais, o governador Jaime Lerner e o então prefeito Rafael Greca reservaram algumas horas desse encontro para divulgar a cidade de Curitiba aos visitantes, enquanto negociavam com autoridades do BID novos empréstimos internacionais para o desenvolvimento do Paraná. O próprio presidente do BID, o uruguaio Enrique Igleias, participou da sessão plenária inaugural.

A partir de 1992 foram ofertados cursos a nível de pós-graduação nas Universidades paranaenses, destacando a implantação do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Universidade Federal do Paraná, em parceria com Instituições do Ensino Superior das Universidades de Paris e de Bourdeaux.

No ano de 1996 aconteceu em Curitiba a 1ª Conferência Estadual de Educação Ambiental.

4 QUALIDADE NO TRABALHO EDUCACIONAL

A escola deve desenvolver atividades de sensibilização que estimule o indivíduo sobre as suas relações consigo e com o meio ambiente. Mostrar aos alunos que a destruição do meio ambiente é consequência de uma crise de valores éticos, além de uma falta de equilíbrio interior do homem.

As atividades devem ser desenvolvidas com os alunos desde o primeiro ano do ensino fundamental, através de caminhadas onde orienta-se quanto ao funcionamento dos ecossistemas visitados. Utilizar matérias publicadas na revista, projetando atividades de campo e as de dinâmica de grupo com intuito de dar continuidade ao trabalho desenvolvido na escola, como palestras, cursos e debates, com a finalidade de instigar discussões visando o conhecimento.

A escola deve realizar atividades fora das salas de aula, como excursões a museus naturais, parques, florestas, bibliotecas etc., visando a integração do aluno ao seu meio ambiente ao mundo em que vive. Salienta-se o aspecto, ao mesmo tempo formal e informal, dessas atividades a seu valor como recurso didático e pedagógico.

É necessário promover cursos de integração ambiental para professores, com o objetivo de fornecer elementos para que os participantes promovam a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, conforme estabelecem as Constituições Federal e Estadual.

Uma revista especializada em Educação Ambiental e Ecoturismo seria de grande valia na divulgação de textos e experimentos executados por educadores em vários níveis de ensino, sendo que a mesma tem a função de apresentar o que há de novo para a preservação do meio ambiente, quais as palestras estão sendo programadas para o bimestre, resumos de relatórios apresentados por comissões de preservação ambiental, além de contribuir para a discussão em torno da necessidade de uma abordagem interdisciplinar da Educação Ambiental e subsidiar a implementação das novas propostas curriculares. Estudos do meio e discussões, partindo sempre dos elementos colocados pelos participantes, devem ser as principais atividades desenvolvidas.

A escola pode promover um trabalho baseado na vivência do aluno, a elaboração de uma mostra de trabalhos interdisciplinares baseados em um tema

central e desenvolvidos dentro de cada disciplina de acordo com o conteúdo e interesse de cada aluno. Não basta restringir a Educação Ambiental à sala de aula e ao aluno. É preciso promover debates, não permitir que os alunos fiquem sufocados dentro da sala de aula. Através de experimentos, o aluno será responsável pela elaboração, montagem e demonstração de conhecimentos, onde será possível exercitar a cidadania e ao mesmo tempo o aluno valorizará os trabalhos desenvolvidos através da Educação Ambiental.

A escola deve promover a Educação Ambiental visando a integração do aluno na sociedade. Através de visitas ao bairro, o desenvolvimento dos trabalhos poderá ser feito através de pesquisas, entrevistas e trocas de experiências vividas pelos estudantes. Problemas como lixo, esgoto a céu aberto, erosão, saneamento básico, falta de área verde, desmatamento, entre outros, poderão ser analisados pelos alunos à medida que estes problemas serão estudados e vividos, proporcionando a formação de uma consciência mais voltada à preservação.

Desenvolver também com os alunos atividades que os integrem à realidade, repensando a postura da escola diante das manifestações que visam o benefício do indivíduo e da vida plena no planeta. A consciência ambiental cresce através da reflexão sobre a vivência e o contato com o ambiente, permitindo à pessoa uma análise crítica dos problemas encontrados e levando-a a uma reflexão sobre causa-efeito-soluções dos mesmos, tornando o indivíduo consciente de que é agente de transformações em todos os níveis: social, político, econômico e ambiental.

5 ECOTURISMO: O TURISMO DE HOJE

O Ecoturismo é uma modalidade nova do turismo que se encontra em desenvolvimento não só no Brasil, mas também no resto do mundo. A busca de uma melhor integração com a natureza, o abandono dos divertimentos programados dos centros urbanos e o desejo de liberdade e aventura incentivam as pessoas a procurarem algo diferente, que satisfaça seus desejos e as ajude a se livrar do estresse das cidades.

Nos últimos anos muitos avanços aconteceram no turismo, no Ecoturismo e na conservação do meio ambiente. O mais importante é o que o Ecoturismo deixou de ser apenas um mero conceito. Ao contrário, o Ecoturismo tornou-se uma realidade mundial. Na maioria dos países encontram-se em pauta discussões sobre o termo e a melhor forma de desenvolvimento sustentável para populações tradicionais, usando a prática do turismo em áreas naturais.

Existem pelo menos duas grandes linhas de conceituação de Ecoturismo no Brasil: a definição oficial da Embratur e a conceituação corrente no mercado.

- a) definição da Embratur: “Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações”;
- b) conceituação corrente no mercado: “Ecoturismo é toda atividade turística realizada em área natural com o objetivo de observação e conhecimento da flora, fauna e aspectos cênicos (com ou sem o sentido de aventura); prática de esportes e realização de pesquisas científicas”. Este conceito se baseia em um “Esquema de mercados naturais e potenciais do Ecoturismo” publicado na página 68 do “Manual do Ecoturismo”, editado em maio de 1994 pela Embratur. Pelo perfil e objetivos da “1ª Bienal de Ecoturismo de Canela”, optou-se pela adoção da conceituação de Ecoturismo corrente no mercado.

A prática do Ecoturismo não é apenas um pequeno número de pessoas interessadas em natureza, mas sim um conjunto de interesses relacionados com preocupações ambientais, econômicas e sociais.

Assim de acordo com WESTERN (1995, p. 16):

O turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo - uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. De que forma os dólares dos turistas podem reverter para a conservação e torná-la auto-sustentável, ou como o valor não-monetário que as pessoas atribuem às regiões naturais pode ser quantificado, é uma questão central de um novo ramo da economia verde: o desenvolvimento sustentável.

Dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) apontam que até o ano 2005 o setor do turismo irá responder por aproximadamente 12% do PIB Mundial, podendo o Ecoturismo chegar a 15% do movimento total. São 534 milhões de turistas e 183 milhões de pessoas que trabalham com o turismo em todo o mundo. A atividade ecoturística representa entre 5% e 8% do negócio do turismo no mundo e cresce cerca de 20% ao ano.

O interesse crescente na exploração do Ecoturismo, tanto por governos dos países em desenvolvimento como organizações assistenciais, operadores comerciais e conservacionistas, mostram a grandeza do potencial econômico da atividade.

Para LASCURAIN, citado por FIGUEIREDO (1999, p. 55), "turismo ecológico pode ser considerado a execução de uma viagem a áreas naturais que estão relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar o panorama junto à fauna e à flora silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que se encontre nessas áreas".

Pode-se dizer que o turismo ecológico é a prática de visitação com a intenção de observar, admirar e conhecer o meio ambiente sem ações antrópicas. É oportuno mencionar o Príncipe Bernhard, presidente do Word Wildlife Fund, citado por JEN DORST, (1973, prefácio):

O mundo moderno sofreu um grave desequilíbrio em consequência da ação do homem, que tende não só para a eliminação da vida selvagem, como também para a destruição da harmonia do meio onde está destinado a viver. Os recursos renováveis estão comprometidos, fato particularmente grave no momento em que as populações humanas aumentam a uma velocidade crescente, e em que as necessidades se tornam a cada dia

mais consideráveis. Algumas das nossas atividades parecem conter nelas próprias os germes da destruição da nossa espécie.

A responsabilidade com a natureza não pode ser restrita apenas aos órgãos governamentais e entidades preservacionistas e sim a todos os turistas. Turismo responsável engloba todos os segmentos da atividade turística; é preciso levar em consideração que a população mundial hoje é muito maior que no começo do século, o que ocasionou essa grande explosão demográfica.

Neste sentido, vale a pena citar DORST (p. 116, 1973):

Os problemas da conservação da natureza e da exploração racional dos recursos naturais devem ser encarados em função do crescimento acelerado das populações humanas, fato contemporâneo inteiramente novo, sem equivalente, até hoje, em nossa história. Se desejasse caracterizar o nosso século por um fenômeno único, não seria pela descoberta de inúmeros aperfeiçoamentos técnicos, nem mesmo pela fissão nuclear, mas sim pela explosão demográfica cujas conseqüências são incalculáveis.

“Ecoturismo envolve tanto um sério compromisso com a natureza como responsabilidade social. Essa responsabilidade deve ser assumida também pelo viajante” (WESTERN, 1995, p. 17). A expressão viagem responsável, outra designação para Ecoturismo, envolve objetivos semelhantes. The Ecotourism Society oferece uma definição um pouco mais completa: “Ecoturismo é a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem-estar da população local”. (WESTERN, 1995, p. 19)

FIGUEIREDO (1999, p. 55) apresenta ainda uma diferenciação importante sobre turismo ecológico, que vale ser mencionada: “... é uma viagem natural que favorece a conservação e reforça o desenvolvimento sustentável e surge da união da indústria da viagem com a conservação de espaços naturais, enquanto a simples viagem a áreas naturais caracterizaria o turismo tradicional”.

Para YAZIGI (1999, p. 56) atividades turísticas são “... sem classificá-las como indústria ou serviços, as que compreendem a produção de uma mercadoria: o turismo, cujo mercado consumidor é o turista. Esta mercadoria, o consumo do espaço caracteriza-s pelo uso ‘efêmero do território’, num processo contínuo de desterritorialização e reterriolização”.

Analisando a falta de recursos e a grande quantidade de mão-de-obra existente nas comunidades locais é fácil identificar a ênfase da implantação do Ecoturismo como fonte de recurso para várias comunidades em desenvolvimento na

ânsia de livrar-se da pobreza e da falta de uma fonte de receita. Sendo alguns dos objetivos do Ecoturismo promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura nas comunidades locais, melhorando o aproveitamento do Ecoturismo como veículo de Educação Ambiental e gerando renda.

Na era da globalização, com equipamentos e recursos com tecnologia de ponta, numa época em que o homem paga para ir à Lua como um viajante comum, os milhares de cidadãos que habitam o planeta Terra continuam a deflagrar danos irreparáveis à mãe natureza. O respeito e a cidadania em relação ao meio ambiente tornam-se meras palavras desconhecidas.

O turismo de massa em áreas naturais ficou famoso, infelizmente, por sua depredação, pela desestruturação de áreas tradicionais, onde as populações residentes eram invadidas em seu cotidiano pela massificação de atos contraditórios aos que mencionados até o momento sobre a prática da viagem responsável e a preservação das áreas naturais em favor das comunidades tradicionais.

As conseqüências do turismo sobre o meio ambiente natural se relacionam principalmente à instalação e ao funcionamento de infra-estrutura e equipamentos turísticos, como hotéis, restaurantes, bares e clubes. Fossas e esgotos desviados para rios e lagos, desvios nos cursos d'água, pelo desmatamento e modificações visuais da paisagem, modificações ocasionadas pela construção inadequada de edificações nestas áreas.

Para YAZIGI (1999, p. 57):

O turismo ecológico seria então uma nova forma de extrair recursos naturais de uma área, que essa "extração dos recursos" é feita a partir da paisagem, da flora e da fauna. Elementos como a rusticidade e o exotismo são levados em conta, e natureza "intocada" seria o alvo de valorização monetária. O turismo ecológico também é defendido como uma forma de frear o turismo predatório, através de uma quantidade menor de visitantes/área de exploração. Isso quer dizer que a sazonalidade é abolida, dando lugar a uma distribuição temporal mais eqüitativa e com um custo e preço mais alto, que podem servir de obstáculo à exploração de determinadas áreas.

Neste sentido, levantar questões acerca da preservação do meio ambiente através da prática da viagem responsável a áreas naturais, com intuito de preservar e promover o bem-estar das populações locais, é um dos objetivos desta monografia. Sendo que o Ecoturismo e a Educação Ambiental ainda não são vistos pela sociedade brasileira e, especialmente, pelas autoridades constituídas, como um

fator primordial diante de outros problemas, de maior relevância, como educação fundamental, saúde e habitação para maioria da população brasileira.

É evidente que o Ecoturismo tem potencial para trazer uma grande contribuição para a conservação no Brasil, se for manejado de forma apropriada. A vocação natural do Brasil corresponde a 22% de flora, 10% dos anfíbios e mamíferos, 17% das aves do planeta. Tendo ainda diversos ecossistemas, clima tropical (sol), geografia com paisagens de valor cênico.

O Brasil é notadamente reconhecido como um dos lugares que possui mais atrativos para todos os perfis de ecoturistas e condições inigualáveis para a prática de todas as modalidades de Ecoturismo. O país possui uma superfície de 8.511.596,3 Km, abrange desde regiões equatoriais ao Norte até áreas subtropicais ao Sul, diferenciadas climáticas e geomorfologicamente, que dão origem à maior biodiversidade do planeta.

SILVEIRA, citado por RODRIGUES (1997, p.51), considera que “o processo de expansão do turismo ocorre no tempo e no espaço e, o que é mais significativo, os destinos turísticos emergentes são aqueles onde a natureza e as culturas locais são o verdadeiro motivo de atração dos turistas e constituem, também, um vasto estoque de recursos a serem explorados pela indústria do turismo”.

Segundo dados da EMBRATUR, o turismo no Brasil representa um movimento anual de U\$ 45 bilhões, 8% do PIB nacional, cujos reflexos são identificados em 52 setores produtivos. O Brasil recebeu 1,7 milhão de turistas em 1995 (3% do total). Cerca de 6 milhões de empregos são gerados pela economia turística no Brasil.

Por “profissionais de Ecoturismo” estão sendo entendidas todas as pessoas jurídicas ou físicas que trabalhem prioritariamente (e não exclusivamente) em um qualquer um dos sub-segmentos do “trade específico” do Ecoturismo. Estes sub-segmentos são assim classificados:

- a) educação: faculdades de turismo (diretores, professores e alunos) e outros cursos (fotografia, Educação Ambiental, esportivos, guias etc);
- b) agências de turismo especializadas (agências, associações e entidades);
- c) setor público: dirigentes e funcionários de organismos de valorização turística, cultural e ambiental de municípios e regiões com potencial ecoturístico;

- d) organizações não governamentais dedicadas ao turismo, qualidade de vida, economia localizada, culturas locais ou meio ambiente;
- e) “trade” turístico (empresas, profissionais, associações e entidades de classe);
- f) organizadores de eventos de esportes de ação na natureza: associações, federações ou confederações de canoagem, “mountain-bike”, “rafting”, mergulho, alpinismo, caminhadas, turismo eqüestre, asa delta, “paraglide”, paraquedismo, balonismo, observação da vida selvagem, “surf”, espeleologia, fotografia, “camping”, “rapel” etc;
- g) fabricantes de artigos e equipamentos para esportes de ação na natureza;
- h) meios de hospedagem ecoturística (hotéis, hospedarias, hotéis-fazenda etc);
- i) produtores de informação e cultura: jornalistas, escritores e autores de livros de arte, cultura, vídeos, fotos e Ecoturismo; dirigentes de museus, jardins botânicos, parques conservacionistas, zoológicos e assemelhados; pesquisadores e acadêmicos.

Podemos dizer que o Ecoturismo se divide em três setores: Público, Privado e Social.

Alguns projetos governamentais na área do Ecoturismo:

- * Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo – Embratur/Ibama;
- * Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT – Embratur;
- * Projeto do Pólo Ecoturístico do Lagamar - SOS Mata Atlântica/Embratur;
- * Parques Nacionais – Oportunidades de Negócios – Ibama;
- * Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo – Embratur/IEB;
- * Estudos do Turismo Brasileiro – publicação Embratur;
- * Prodetur Nordeste – Linhas de financiamento de infra-estrutura;
- * ProEcotur – Programa de desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (BID);
- * FNMA Fundo Nacional do Meio Ambiente – Financia projetos;
- * Explore Brazil – Publicação Embratur/Myriad/Varig.

As organizações turísticas são denominadas de OOT - Organismos Oficiais de Turismo (governamental) e representados respectivamente em suas áreas de atuação:

Mundial: OMT – Organização Mundial de Turismo: cooperação técnica para o desenvolvimento, estatística, análise econômica e estudos de mercado, qualidade do desenvolvimento turístico, qualificação de recursos humanos.

Nacional: MET – Ministério do Esporte e Turismo e EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo.

Estadual: Secretaria Estadual do Esporte e Turismo e Paraná Turismo.

Municipal: Secretaria Municipal de Turismo.

O Ecoturismo regido por critérios e princípios, que fazem a diferença entre turismo convencional e a prática de turismo em áreas naturais, são eles, segundo The Ecoplan: net Institute (1994):

- a) promover a conservação e proteção ambiental;
- b) operar de maneira responsável com base nos princípios da administração verde;
- c) estabelecer parcerias com associações locais e ONGs;
- d) promover turismo de baixo impacto;
- e) promover benefícios econômicos às comunidades locais;
- f) promover a educação e a sensibilização quanto às questões ambientais;
- g) possibilitar a participação das populações locais (tradicionais e indígenas) no planejamento do Ecoturismo;
- h) trabalhar com guias capacitados e responsáveis;
- i) realizar planejamento integrado e sustentável;
- j) fornecer uma experiência inesquecível a um destino exótico.

A importância do meio ambiente na atividade turística é um aspecto que está atraindo cada vez mais a atenção dos turistas. De um lado, o meio ambiente constitui o suporte básico da oferta turística e, de outro, uma demanda que vem se demonstrando cada vez mais sensível e atraída por destinos turísticos de qualidade ambiental. O desrespeito às questões culturais e ambientais leva à perda e à

deterioração dos recursos naturais, à perda da qualidade de vida da população local e à alteração dos costumes e da cultura da população tradicional. Todas as estas questões adquirem uma dimensão bem maior quando se trata de destinos especialmente frágeis, quer do ponto de vista natural ou sócio-cultural, como são os destinos ecoturísticos.

Fica cada vez mais claro que a atividade turística apresenta um “lado desconhecido” que é preciso conhecer e controlar. Podemos dizer que na maioria das situações o turismo pode promover grande benefício para as populações receptoras e para os viajantes, que têm a oportunidade de conhecer de perto ecossistemas, florestas, sambaquis, costumes locais e outras maravilhas fornecidas pela mãe natureza.

Para WESTER, citado por FIGUEIREDO (1999, p. 56), “o Ecoturismo está deixando de definir-se como turismo de natureza em pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer turismo que se relacione com a natureza”.

A participação comunitária, a integração territorial e o meio ambiente não devem prescindir de uma gestão profissional. Para que se obtenha um turismo sustentável no meio rural e natural, é necessário que haja uma equipe técnica multidisciplinar, onde cada profissional possa apresentar os riscos e benefícios em cada segmento, sem radicalismos em nenhum setor. Em resumo, que seja um modelo de profissionalismo onde se busca o equilíbrio entre a parte econômica do setor e a sustentabilidade exigida para a prática do turismo em áreas naturais. Cabe ao turista mudar seu comportamento de simples consumidor de recursos de ócio e turismo para um participante ativo e consciente do respeito à natureza.

É necessário realizar um enorme esforço para incrementar a profissionalização turística dos empresários e profissionais do turismo ecológico, com o objetivo de aumentar a capacidade de competitividade com as outras modalidades turísticas, sem, no entanto, descaracterizar os costumes locais e sim fornecer subsídios para que as atividades desenvolvidas no meio natural sejam totalmente compatíveis com os princípios do Ecoturismo.

Ensino, Educação Ambiental e Ecoturismo são áreas ligadas não só às escolas, mas também a instituições como empresas, associações, governo e entidades privadas. Como a escola é a instituição voltada à produção do saber

crítico, é o melhor local para refletir e agir no sentido de mobilizar as pessoas em prol do ambiente. Hoje, mais do nunca, professor e escola devem incluir nos seus currículos e programas temas ligados à crise ambiental.

A prática do Ecoturismo não é apenas um pequeno número de pessoas interessadas em natureza, mas sim um conjunto de interesses relacionados com preocupações ambientais, econômicas e sociais.

Assim, de acordo com WESTERN (1995, p. 16):

O turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas do mundo - uma forma de pagar pela conservação da natureza e de valorizar as áreas que ainda permanecem naturais. De que forma os dólares dos turistas podem reverter para a conservação e torná-la auto-sustentável, ou como o valor não-monetário que as pessoas atribuem às regiões naturais pode ser quantificado, é uma questão central de um novo ramo da economia verde: o desenvolvimento sustentável.

O Ecoturismo é um termo ainda desconhecido e que gera constantes controvérsias a respeito de seu conceito, atividades, abrangência e aplicação. Acredita-se que o setor ainda tem muitas deficiências, por isso o interesse em buscar estratégias para organizar e buscar ações para esta nova realidade de mercado.

Acredita-se ainda que cada "case" deve ser estudado para a melhor implantação do Ecoturismo, visando a integração da comunidade, visitante e o primordial, a preservação do meio ambiente. Em seguida, algumas ações que devem ser adotadas pelos adeptos ao Ecoturismo.

Preparar o viajante, tão somente como as operadoras e agências de turismo, é uma tarefa primordial quando trata-se de Ecoturismo. A harmonia entre homem e natureza deve apresentar-se como uma forma de utilização racional das áreas naturais, ou seja, levar o homem ao maior contato com a natureza, de maneira orientada e conservacionista, sendo a Educação Ambiental um instrumento importante neste processo.

Exemplificando, pode-se citar apresentações de fitas de vídeo, textos, slides e mesmo folders fazendo uma abordagem dos locais a serem visitados, os cuidados necessários que terão de ser tomados no passeio e, principalmente, a conscientização do visitante com a comunidade local. O guia, ou mesmo o condutor, deve esclarecer todas as questões relacionadas ao lixo, ao impacto ambiental que a

visita possa trazer ao meio ambiente, o respeito às culturas nativas, o resgate e preservação histórico-cultural.

Neste item voltamos a um dos fatores principais que rege o Ecoturismo, a Educação Ambiental. A conscientização do visitante antes da viagem é ainda uma das formas de tentar-se minimizar os impactos. Através deste conceito, um coquetel com comidas e bebidas típicas, ao som de músicas locais, pode preparar o viajante. Um vídeo informativo sobre as comunidades e os aspectos ambientais do lugar, como se vestir e se comportar pode trazer uma grande harmonia para o encontro.

Em relação às plantas nativas, o viajante, através de leituras e fotos ilustrativas, pode-se ter um conhecimento melhor do que vai encontrar no local a ser visitado. Tais marcos referenciais devem ser discutidos publicamente, considerar a estrutura legal relativa ao Ecoturismo e estar embasados em critérios e parâmetros condizentes com os princípios de sustentabilidade, além de fazer uso de outros instrumentos complementares à estrutura legal.

Usar o condutor para preparar ou informar o visitante sobre como se comportar diante da nova realidade que está inserido pode ser uma forma de garantir a paz e o respeito entre visitante e comunidade local. Usar central de informações e folders ilustrativos adequados e a criação de pequena biblioteca local podem ser utilizadas no processo de ambientalização do viajante, além da formação de banco de dados que promova a geração e a conseqüente difusão de informações, além da obtenção de indicadores para o desenvolvimento do Ecoturismo. E mais: um manual com dicas de como preparar a viagem e equipamentos necessários para a visita.

O Ecoturismo implica em cuidados especiais, principalmente pelo fato de que a sustentabilidade na utilização racional das áreas naturais é fundamental para conservação dos ecossistemas, bem como para o desenvolvimento das localidades detentoras de patrimônio cultural. Partindo deste conceito, a análise do grupo, antes do início da atividade, é primordial. Trabalhar com guias capacitados e condutores locais, em parceria de conhecimentos adequados para região, roteiros alternativos para que o visitante não se sinta prejudicado, evitando assim que o local em questão seja prejudicado.

O Ecoturismo opõe-se ao turismo de massa caracterizando-se pela participação de um número reduzido de pessoas e o conseqüente porte menor dos

equipamentos, tanto para hospedagem como para transporte. Baseado nestes fatos, estipular e controlar o número de visitantes com base em estudos para capacidade receptiva ou limite de mudanças aceitáveis é uma ação a ser executada. O incremento de mecanismos de fiscalização e controle, em áreas e temáticas determinadas, é consequência do estudo elaborado para a preservação da área.

A integração do Ecoturismo nos planos e projetos comunitários com a participação da população residente pode ser obtida através de levantamentos de informações, formação de um banco de dados, elaboração de estudos sobre o perfil de demanda concorrente para destinos ecoturísticos. A criação de mecanismos, sistemas de divulgação, informações relativas às unidades de conservação visitáveis também é um exemplo a seguir. Os agentes e operadores devem estar preparados para elaboração de roteiros de mínimo impacto, bem como para promover o desenvolvimento sustentável.

Aí também se incluem capacitação de recursos humanos, campanhas de sensibilização em nível governamental ou iniciativa privada para o exercício das atividades relativas ao Ecoturismo, nos pólos emissivos e receptivos; promover seminários visando desenvolver programas para a melhoria do nível empresarial em questão; organizar cursos, seminários, palestras para dirigentes municipais sobre Ecoturismo e desenvolvimento sustentável; elaborar estudos sobre os benefícios socioeconômicos advindos da implantação de pólos ecoturísticos. Os guias devem ser preparados para promover encontros entre visitantes e culturas locais e com espécies de fauna e flora, facilitando o entendimento dos ecossistemas e integração com as comunidades receptoras.

Promover e incentivar ações educativas sobre projetos ecoturísticos, através de técnicas construtivas, operação e serviços que incorporem os princípios e diretrizes do turismo sustentável; promover desenvolvimento tecnológico e implantação de infra-estrutura nos destinos ecoturísticos prioritários; incentivar e promover desenvolvimento de técnicas, critérios e normas de controle para viabilização de concessões em unidades de conservação; elaborar estudos, plano de manejo para unidade de conservação, estudo prévio para minimização dos impactos ambientais e sócio-culturais, construções simples, com materiais e estética integrada à paisagem e cultura local são fatores consideráveis nesta questão. A seguir outros pontos a destacar:

- a) uso de energias alternativas não poluentes;
- b) tratamento dos dejetos;
- c) coleta seletiva do lixo;
- d) retorno com o próprio lixo;
- e) banhos sem produtos químicos, ou biodegradáveis a mais de 30m do curso d'água.

Para o desenvolvimento coerente do Ecoturismo é necessário observar alguns fatores: a utilização racional dos potenciais, em especial os recursos naturais e a promoção de benefícios sócio-econômicos às populações residentes em áreas naturais de interesse turístico, visando sempre o menor impacto na perda de identidade da população local.

Também incentivar a criação de cursos de extensão em nível rural; apoiar a comunidade nos projetos locais; chamar atenção para comunidade com relação ao Ecoturismo; desenvolver programas de capacitação empresarial para membros das comunidades receptoras interessados em desenvolver negócios na área. A utilização racional dos potenciais, em especial os recursos naturais e a promoção de benefícios sócio-econômicos às populações residentes em áreas naturais de interesse turístico.

A oferta de produtos ecoturísticos depende essencialmente da existência de áreas de elevado valor ecológico e cultural, da maneira como estas áreas são geridas, da existência de infra-estruturas adequadas e disponibilidade de recursos humanos capacitados. E isto só pode ser atingido através de planejamento amplo, integrado e participativo que considere:

- a) o respeito às culturas nativas;
- b) o uso sustentável dos recursos;
- c) a proteção da biodiversidade;
- d) a integração do turismo nos planos e projetos comunitários com a participação da população residente;
- e) o apoio às economias locais;
- f) consulta a todos os interessados;
- g) a capacitação de recursos humanos;
- h) as pesquisas de mercado;

- i) as estratégias e mecanismos mercadológicos;
- j) o estudo prévio para minimização dos impactos ambientais e sócio-culturais;
- l) conservação das áreas protegidas.

A movimentação dos recursos gerados pela prestação de serviços contemplados na atividade do turismo receptivo beneficiarão sócio-economicamente a comunidade local.

Incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para o desenvolvimento do Ecoturismo; promover a utilização de insumos e técnicas de construção civil locais/regionais em equilíbrio com a paisagem, através de instrumentos de consultoria e avaliação de projetos de infra-estrutura (urbana/turística); promover identificação de vocação para Ecoturismo, adequação das potencialidades da comunidade com demandas do Ecoturismo, participação de lideranças comunitárias nas etapas de planejamento e realinhamento de projetos ecoturísticos, desenvolvimento de campanhas informativas sobre turismo e possibilidades econômicas para a comunidade, municipalização das atividades de Ecoturismo, incentivando o seu desenvolvimento estão no rol.

Compatibilizar as atividades de Ecoturismo com a conservação de áreas naturais, promover o aproveitamento do Ecoturismo com veículo de Educação Ambiental, incluir no currículo das escolas dos municípios atividades relativas ao Ecoturismo, ampliando-se o conhecimento sobre o tema e a sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais e valores culturais locais também.

Pesquisadores devem ser bem recebidos pela comunidade local, já que o estudo trará melhorias para a implantação do Ecoturismo na área, preservação do meio ambiente e futuras sugestões na área econômica.

O incentivo ao Ecoturismo é uma grande barreira para implantação de projetos ecoturísticos, tanto por parte da administração pública, como da iniciativa privada. É constante nos depararmos com reportagens sobre os parques nacionais, a má condição de preservação e estrutura física. No Paraná, as condições também não são tão distantes desta realidade. O governo estadual está iniciando uma série de projetos, com destaque para as Diretrizes Estaduais do Ecoturismo, documento de suma importância para o regimento correto da atividade ecoturística, já que

natureza, visitante e comunidade local devem estar em sintonia, gerando divisas para a região e, principalmente, a preservação da natureza. Enfim, um planejamento que garanta um desenvolvimento sustentável para o local.

Podemos concluir que enquanto o mundo investe e fatura milhões com a proteção ambiental, o Brasil desperdiça uma gigantesca fonte de recursos. Até as selvas da pequena Costa Rica recebem mais ecoturistas do que a nossa colossal Amazônia.

6 COMUNICAÇÃO

Baseando-se em experiências na área de comunicação e nas análises e pesquisas realizadas, percebe-se a possibilidade de unir a área em estudo (Ecoturismo) com a área profissional (Comunicação). Por isso, definiu-se o projeto com a proposta de criação de uma mídia impressa voltada ao Ecoturismo, mas baseada na Educação Ambiental.

Além de adequar o projeto às áreas afins, percebe-se esta carência no mercado e, segundo as palavras do assessor do Secretário de Comunicação do Estado do Paraná, Alexandre Teixeira, "...realmente não há nenhum material gráfico de qualidade nesta área que não sejam livros".

A necessidade inicial foi de realizar um planejamento, visto que se trata de comunicação e o primeiro passo é a pesquisa: "...a primeira condição para se fazer uma boa pesquisa é estabelecer o que se quer saber... Aquilo que as pessoas não sabem não vai ser respondido pela qualquer que seja a técnica empregada. Por isso, parece-me mais lógico perguntar o que as pessoas sabem...". (RIBEIRO, 1995, p. 26)

Concluiu-se que para propor este projeto deve-se ir mais além, pesquisar e analisar cada parte integrante deste trabalho, fundamentando-se a idéia de que seria uma mídia gráfica ao Ecoturismo e, exclusivamente, baseada na Educação Ambiental, "...é sempre indispensável estudar cada caso particular para decidir a melhor forma de atingir o público através da comunicação". (RIBEIRO, 1995, p. 72)

Com estes princípios optou-se por uma mídia gráfica que possa interagir de alguma forma com seu público, mostrando qualidade em visual e, principalmente, em informação. "As pessoas em geral estão saturadas no que diz respeito à informação, por isso a comunicação atual deve ser mais objetiva possível, deixando pra trás velhos conceitos que valorizavam os adjetivos e, desta forma, valorizar as ações comparativas, que tem mais penetração na mente das pessoas e é também mais rápida". (RIES, 1991, p. 86).

Com o intuito de criar um material com boa reprodução e aparência, foi escolhida a revista, porque "...é um meio de comunicação de grande credibilidade junto ao seu público..." (SAMPAIO, 1999, p. 100), uma vez que traz dicas, reportagens, entrevistas de profissionais, entre outros atrativos.

A mídia impressa revista é definida, segundo o Dicionário de Comunicação, como “Publicação periódica que trata de assuntos de interesse geral ou relacionados a uma determinada atividade ou ramo do conhecimento”. (BARBOSA e RABAÇA, 1987, p. 516) A revista é um impresso de grande variedade, seletividade, credibilidade e reprodução, além de permitir ampla criatividade. Permite textos detalhados e informativos. “Uma revista bem elaborada atrai a atenção dos leitores, além de durar por mais tempo e permitir textos mais longos, pois é lida com mais calma e atenção”. (MIZUHO, 1995, p. 23)

Por isso, a revista foi escolhida e estudada como o meio de divulgação para alcançar os objetivos deste projeto. A publicação mostrará com qualidade e atratividade, os interesses, as indicações e as informações, sem perder o ideal proposto.

No seio da sociedade industrial avançada, os homens continuam a comunicar oralmente, como sempre o fizeram. Mas comunicam igualmente de muitas outras maneiras que lhes foram legadas pela história, graças a técnicas que estão ligadas tanto ao funcionamento social como ao estado geral do desenvolvimento técnico: carta, livro, revista, telegrama, telefone, rádio, televisão etc.

A comunicação de massas é o modo particular da comunicação moderna, que permite ao autor da mensagem (o indivíduo ou o grupo de quem ela faz parte) dirigir-se simultaneamente a um grande número de destinatários. O cinema, a imprensa, o cartaz, o rádio e a televisão constituem, portanto, a comunicação de massa: são meios de comunicação de massa ou *mass media*. A revista, a carta, o telegrama e o telefone fazem parte da comunicação direcionada, uma vez que permitem atingir um número de pessoas considerável, mas que também pode ser muito restrito.

Qualquer mensagem é capaz de ter uma ação sobre o seu destinatário: diverti-lo, aborrecê-lo, aterrá-lo etc. Mas se o emissor da comunicação quer conseguir precisamente que o destinatário aja desta ou daquela maneira, só terá hipóteses de alcançar o seu objetivo se lhe transmitir uma mensagem a que se chama de impressiva, ou seja, especialmente concebida com vista a modificar a ação de outrem.

Mas a comunicação impressiva não é só identificada pelo destinatário; ela é, pelo menos numa certa medida, eficaz; num certo número de casos, pelo menos, o destinatário age como se lhe pede.

A revista, por exemplo, pode servir como base de informações, como comprovação de fatos, exposição de ideologias etc. E até mesmo como suplemento para livros escolares, em aulas práticas ou exemplos reais.

6.1 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Recebem-se diariamente milhares de comunicações de todas as espécies: orais, visuais, auditivas, eletrônicas, diretas, indiretas. O homem vive cercado por um mundo que, incessantemente, lança elementos comunicativos: mensagens.

O que acontece, porém, é que a maior parte dessas comunicações é recebida e, imediatamente, esquecida. Basta que se tente lembrar o que se fez ontem ou, então, dez dias atrás. Veremos que a média diária de mensagens recebidas e lembradas, portanto, efetivamente recebidas, é a de 100 (cem) por dia.

Para uma efetiva medição deste fato, porém, seria necessário um pequeno treino de memória. Em todo caso, o que importa é notarmos que o número de mensagens realmente guardadas na nossa memória é muito pequeno diante do grande número de mensagens recebidas. Por isso mesmo, os comunicadores profissionais de quaisquer áreas tomam muito cuidado na transmissão daquelas julgadas de real importância.

Quanto mais interesse as comunicações obtiverem, mais possibilidades elas têm de serem guardadas na memória do receptor e, portanto, haverá mais possibilidades de elas serem transformadas em ação.

A palavra mídia, quando pronunciada para pessoas que não convivem com Marketing e Comunicação, normalmente causa perplexidade. Para resumir, diz-se que é um setor da agência de propaganda que se relaciona com as emissoras de TV, rádio, revistas e jornais.

Definido como objetivo do projeto está a utilização da mídia revista que caracterizamos por cobertura geográfica como tendo informações dos principais títulos auditados (IVC); cobertura nacional, porém, de acordo com a concentração de renda, típica de centros urbanos; cobertura geográfica por título, variável em

função de tipo de distribuição, gênero de revista e público leitor; limitada pelo baixo nível de alfabetização e hábito de leitura, mas com forte penetração nas classes altas.

Em revistas, pela periodicidade (semanal, quinzenal ou mensal), o resultado é mais lento e consegue resultados relativamente bons nos segmentos de maior poder aquisitivo.

6.2 O USO DO DESIGN GRÁFICO

No século 19, com o advento da segunda etapa da Revolução Industrial, a Europa começa a conviver com as novas demandas da sociedade industrial e de massa que se estabeleciam. A indústria gráfica, por sua vez, começa a se instalar de fato, a partir da máquina plano-cilíndrica a vapor lançada por Friedrich Koenig, em 1814.

A impressora Koenig foi adotada pioneiramente pelo *The Times* inglês e representou a primeira aplicação industrial da litografia – o mesmo princípio do sistema offset, que ainda hoje é o principal sistema de impressão para médias e altas tiragens. Até então, o processo dominante era o tipógrafo – aperfeiçoando, mais ainda, em essência, a mesma técnica criada por Johann Gutenberg, por volta de 1450: a pressão de um molde em relevo entintado sobre o papel (como um sistema de carimbos). O processo tipográfico, não mecanizado, restringia as tiragens e, por suas características técnicas, também o tamanho dos elementos gráficos (textuais e não textuais). Oferecendo poucos recursos de layout e baseado num processo de produção semi-artesanal ou mesmo artesanal, tendo como modelo as grandes casas tipográficas do Renascimento, a tipografia não tinha como atender às novas exigências.

A máquina plano-cilíndrica foi o primeiro passo rumo à instalação de um parque gráfico que atendesse às demandas da sociedade de massas, aliando uma boa qualidade de impressão a custos e prazos menores e tiragens maiores. Nos anos seguintes, sucederam-se múltiplos aperfeiçoamentos tecnológicos, especialmente a estereotipia (1846) e a linotipia, na última década daquele século. O sistema offset surgiria apenas em 1906, com uma máquina projetada por George Mann, mas só seria largamente utilizada algumas décadas depois.

As burguesias européias estavam num momento de euforia com o avanço do capitalismo e do processo industrial, e que hoje chamamos de Mídia está começando a tomar forma. As campanhas de alfabetização em massa, oriundas da consolidação do ideário burguês, aliadas ao progressivo aperfeiçoamento dos recursos gráficos e a um início de publicidade em larga escala, fazem com que comece a surgir um agora significativo mercado de impressos.

A imprensa vive um boom: em 1832, o *Penny Magazine*, publicado em Londres, chega a uma tiragem de 200 mil exemplares, e as classes médias passam a ser incluídas no mercado editorial inglês. Surgem os *homens-sanduíche*, cartazes e letreiros tomam conta das ruas repletas de proletários; multiplicam-se os veículos de propaganda impressa; cresce cada vez mais a demanda do comércio e da indústria por panfletos, cartões de visita e outros itens para distribuição entre clientes e fornecedores. Revistas e livros populares passam a conter imagens não textuais (ilustrações, desenhos), agora possíveis graças às novas técnicas também da xilogravura. O desenvolvimento capitalista impõe ainda a criação de selos, impressos para o mercado financeiro e outros produtos gráficos – até então desnecessários – e que demandam diferenciações de layout.

Seria ingênuo crer que as novas inovações tecnológicas foram, por si mesmas, a razão dos novos preceitos estéticos que, pouco a pouco, vão se estabelecendo na publicidade da época. Se, por um lado, estas transformações traziam novas possibilidades de criação aos cartazistas, por outro a busca e a adoção delas era resultado do contexto histórico no qual elas se desenrolaram e para o qual se tornaram oportunas. Nasciam não apenas porque se tornavam possíveis, mas porque necessárias. Os novos recursos de layout eram possibilitados pelas novas técnicas, mas se originavam da necessidade que a nascente sociedade de massas sentia por uma comunicação mais otimizada: mais imediata, chamativa, convincente e de aplicação rápida, barata e massiva.

Por seu desdobramento histórico e pelo estatuto social que assumiu, não há como caracterizar o design gráfico apenas por seus traços formais. É preciso levar em conta os aspectos morfológicos e funcionais-objetivos. Não levando em conta também estas duas últimas abordagens, corre-se o risco de caracterizar como pertencendo à mesma categoria objetos muito diversos que só têm em comum seus aspectos mais evidentes (formais e funcionais-objetivos). Este equívoco, por sua

vez, remete a uma análise anistórica ou limitada ao universo estético-formal, o que impede a compreensão mais clara do que vem a ser design gráfico e sua efetiva inserção no universo social.

Na contemporaneidade, o design gráfico pertence à esfera produtiva, e não à esfera artística – embora guarde com esta uma profunda interface, assim como a áreas afins como a comunicação social e a arquitetura. Ao contrário das hipóteses mais comuns encontradas na bibliografia corrente, o design gráfico não nasceu nem das artes plásticas nem como desdobramento da linha evolutiva iniciada com as primeiras experiências de Gutenberg e, posteriormente, das casas tipográficas originárias do Renascimento, tampouco da publicidade.

Uma revisão histórica demonstra que o design gráfico surgiu das experiências estéticas das vanguardas históricas, embora possa constatar-se a ocorrência anterior de artefatos igualmente produzidos graficamente. Estes impressos, no entanto, não tinham ainda uma conformação que atendessem às características funcionais-subjetivas e metodológicas próprias do design gráfico.

A emergência do design gráfico está intimamente ligada à expansão capitalista e, especialmente, à segunda Revolução Industrial, com a necessidade de produção de itens gráficos assessoriais aos processos produtivos e de distribuição de mercadorias que singularizem estas mercadorias umas das outras, objetiva e simbolicamente, bem como singularizem seus produtores. Embora sua função social nasça da esfera produtiva, é da esfera da arte que o design gráfico efetivamente emerge, através das experiências estéticas das vanguardas modernistas. Assim, a atual alocação do design gráfico na esfera produtiva é fruto de um processo histórico – que, portanto, tem de ser levado em conta para a compreensão do próprio design como área de conhecimento e atividade produtiva. Levando-se em conta as conclusões anteriores, pode-se afirmar seguramente que o design gráfico é por definição moderno e nasce do modernismo. Não há, portanto, design gráfico antes do século 20, e muito menos um design gráfico pré-moderno.

O design gráfico nasce da esfera da arte, mas não necessariamente de uma ou outra determinada área estética. O processo de sua conformação histórica mostra que ele foi moldado por movimentos de caráter estético tanto ligado à pintura quanto à literatura, à escultura, à arquitetura e mesmo à música. Estes movimentos modernistas, além de atuarem em áreas estéticas nem sempre comuns, deram,

direta ou indiretamente, mas sempre de forma coesa, contribuições à construção do design gráfico. Sendo assim, mais uma vez mostra-se claro que o design gráfico nasce do modernismo como um todo.

O modernismo tem como um de seus produtos o design, justamente porque a discussão do estatuto social da arte está na base de sua emergência. Nesta discussão irrompida pelas vanguardas históricas, o repúdio à autonomia da arte e a defesa por sua reinserção na vida social levam a um tensionamento que tem como pólos de tração a intervenção social direta e a intervenção estética na esfera produtiva.

Estes tracionamentos fizeram com que os vanguardistas partissem, de um lado, para uma prática estética diretamente ligada à prática política (especialmente os construtivistas); de outro, para a identificação e a exploração do quociente estético das mercadorias e dos elementos gráficos assessórios aos processos produtivos e sua distribuição (notadamente o De Stijl). O design gráfico é canonizado a partir do segundo tracionamento, em conjunto com a dessemantização do aparato técnico-formal gerado a partir das experiências movidas pelo primeiro tracionamento.

A instrumentalização sistematizada do design gráfico pela esfera produtiva ocorre através de experiências das quais se destaca, como marco histórico, a Bauhaus, que realiza uma síntese das transgressões vanguardistas de forma a aplicá-las a uma otimização comunicacional de itens gráficos. No fim do pós-guerra e especialmente durante a II Guerra Mundial, a síntese das transgressões estéticas modernistas aplicadas a itens gráficos entra num processo de canonização que se confunde com sua própria profissionalização, através de um cientificismo amparado no funcionalismo desenvolvido originalmente para a arquitetura. No imediato pós-guerra, o termo *graphic design* como denominação de uma atividade profissional específica já é de uso corrente em nível internacional, assim como a disciplina amparada na experiência pedagógica da Bauhaus é levada à frente por ex-alunos e pelos mestres originais que se espalham por diversos países centrais por conta da Segunda Grande Guerra.

O papel essencial da historiografia na canonização do design gráfico se evidencia por sua ênfase na associação entre funcionalismo e profissionalismo, tornando os parâmetros funcionalistas como os únicos aceitáveis para o exercício

correto da profissão. A ênfase na Bauhaus como marco histórico do design gráfico profissional, bem como a adoção de tais noções e ainda do aparato técnico-formal funcionalista pelas instituições de ensino de design, são indicativos notáveis de como se dá este processo de canonização. Assim como em sua emergência o design gráfico mostrou ter seu desdobramento histórico intimamente ligado ao Modernismo, o mesmo ocorre com seu processo de profissionalização, que acompanha a lógica da canonização das práticas estéticas modernistas.

Sendo assim, conclui-se que o design gráfico é efetivamente uma expressiva e modelar síntese do desdobramento histórico modernista, reproduzindo-se de forma muito mais veloz: da utopia transgressora à disciplina produtiva, em menos de cinco décadas.

O design gráfico vive hoje uma crise paradigmática que tem sua razão, justamente, na concepção historicamente construída de que sua prática equivale ao próprio funcionalismo e que não tem sentido fora dela. Projetos contemporâneos demonstram esta crise de forma significativa e apontam para outros paradigmas de design gráfico. Esta crise paradigmática do design, evidenciada pela análise de trabalhos não-canônicos contemporâneos, parece estar articulada com a própria crise paradigmática que caracteriza a pós-modernidade, enquanto condição histórica e cultural.

Se tal conclusão for acertada, e ele é mais uma hipótese de trabalho para investigações posteriores do que propriamente uma conclusão encerrada, o design gráfico se mostra assim um campo privilegiado não só para a compreensão da modernidade e do Modernismo como também da própria pós-modernidade.

6.3 DIAGRAMAÇÃO

Em artes gráficas, diagramação nada mais é do que diagramar uma revista, um anúncio, um catálogo, um folheto ou qualquer outra peça, distribuindo e colocando as coisas no devido lugar, obedecendo ordens simétricas ou assimétricas, tanto faz. O termo é muito usado em propaganda, especialmente quando se fala em textos. O segredo de uma boa diagramação é distribuir os textos por quase todas as peças. Observe revista, jornais, folhetos, catálogos. Via de regra, essas peças têm uma boa diagramação. Não queremos dizer que têm uma

diagramação criativa; isso é outra história. Mas se começarmos a prestar a devida atenção entenderemos que a diagramação segue três características básicas:

- a) textos em colunas, o que facilita muito a leitura nos casos de um espaço muito grande ou textos em dois ou até um único bloco, geralmente usados em anúncios;
- b) pesos diferenciados entre títulos, subtítulos e textos;
- c) alinhamentos: centralização, justificação, textos à direita, textos à esquerda.

6.4 VOCABULÁRIO

Comunicação é o ato de receber e emitir mensagens. Às vezes é usado como sinônimo de informação que, a rigor, é apenas a primeira fase do ato comunicativo.

Comunicação de massa, a rigor, é iformação de massa. Compreende todos os sistemas de imprensa como jornal, rádio e tevê.

Já público é o conjunto de pessoas que recebem uma mensagem. Caracteriza-se pela capacidade de articular uma resposta à mensagem, ao passo que a massa somente recebe.

Receptor, por sua vez, é a pessoa que recebe mensagens. No processo de informação, o receptor é apenas o receptáculo de mensagens. Já no processo de comunicação, o receptor se sobrepõe ao comunicador.

7 REVISTA

O Projeto EcoBrasil tem por principal objetivo inserir a Educação Ambiental na rotina escolar, a partir da pré-escola à terceira série do ensino fundamental, através de uma metodologia continuísta e interdisciplinar apresentada no veículo de comunicação, tendo em vista suprir uma lacuna existente nesta área e, principalmente, nesta faixa etária a que se destina.

A metodologia continuísta baseia-se em quatro conceitos principais que são ambiente, ecologia, preservação e reciclagem. A partir destes conceitos, são trabalhados complementos. Então abre-se uma infinidade de possibilidades para professores, em sala de aula, desenvolverem atividades de acordo com as características da realidade educacional em cada grupo.

Devido ao avanço tecnológico pelo qual o Brasil está passando, requer um trabalhador qualificado e informado, que tenha idéias sobre todos os segmentos. A reorganização do sistema educacional nacional precisa visar a formação de trabalhadores capazes de conviver com as inovações tecnológicas e com a realidade dos problemas ambientais. Somente através da Educação Ambiental o país poderá obter recursos para inserir-se no mercado internacional. O cuidado com o meio ambiente e a racionalização de recursos humanos e financeiros no exercício de ações concretas resultam na soma de esforços de várias instituições comprometidas com a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.

Este veículo de comunicação propõe-se informar de maneira clara e concisa como tirar proveito dos recursos naturais do Estado do Paraná, com a prática do Ecoturismo de forma sustentável, além de contribuir de maneira informativa para o enriquecimento do Estado, apresentando alternativas para os diversos segmentos da economia, a indústria do turismo e a expansão do mercado de trabalho.

7.1 DADOS GRÁFICOS

Distribuição: Distribuída para Curitiba e RMC.

Periodicidade: Bimestral

Circulação: Estadual

Tiragem: 5.000 exemplares

Vendas: Bancas dos grandes centros/assinaturas

7.2 PUBLICIDADE

Inserção de anúncios distribuídos pelas capas e matérias.

Formatos:

- 1 página: sem margem: largura 20,2 cm x altura 26,6 cm;
com margem: largura 18,2 cm x altura 24,6 cm.
- 2/3 página vertical: sem margem: largura 12,7 cm x altura 26,6 cm;
com margem: largura 11,7 cm x altura 24,6 cm.
- 1/2 página horizontal: sem margem: largura 20,2 cm x altura 13,1 cm;
com margem: largura 18,2 cm x altura 12,1 cm.
- 1/3 página vertical: sem margem: largura 6,7 cm x altura 13,1 cm;
com margem: largura 5,7 cm x altura 24,6 cm.
- 1/4 página: sem margem: largura 9,8 cm x altura 13,1 cm;
com margem: largura 9,0 cm x altura 12,1 cm.
- 1/6 página vertical: largura 6,7 cm x altura 13,3 cm.

7.3 CARACTERÍSTICAS

Formato: altura 26,6 cm x largura 20,2 cm

Número de páginas: 24

Capa: Papel couché

Miolo: Papel couché

Impressão: 4 x 4 cores

Acabamento: Lombada canoa com grampos

Fotolito Positivo

8 CONCLUSÃO

A revista EcoBrasil é uma publicação bimestral que compreende seis edições anuais e visa destacar a Educação Ambiental e a prática do Ecoturismo, envolvendo a cultura estadual com suas peculiaridades regionais, que compõem a riqueza da fauna e flora local, costumes e tradições.

A revista tem como objetivo a seriedade nos assuntos abordados visando levar aos nossos leitores informação de qualidade, assuntos científicos, informações sobre biodiversidade, a prática do Ecoturismo (no ambiente rural e natural) e a disseminação de conceitos relativos à preservação dos ambientes naturais (fauna e flora) despertando a consciência e a importância em preservar o patrimônio biológico ambiental, lazer e entretenimento; a certeza de poder contar com um meio de comunicação seguro; e aos nossos futuros parceiros comerciais que nos prestigiarão com inserção de anúncios e parcerias de patrocínio cultural; a satisfação não só de ter a sua marca estampada em uma revista de qualidade, mas de estar contribuindo efetivamente para a preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e cultural e ajudando a criar condições para que as comunidades locais possam permanecer em seu local de origem. A orientação editorial da revista se guiará por princípios de qualidade científica e relevância social.

Visa-se nela publicar artigos com contribuições significativas para o avanço do conhecimento sociológico, educacional, ambiental e preservacionista. Cada matéria será sempre acompanhada de sua fonte bibliográfica e, sempre que possível, da indicação de outras fontes de referência sobre o tema. O Brasil, devido a sua extensão, possui riqueza e diversidade incomparáveis no campo da fauna e flora. Mesmo assim, entre os meses de fevereiro de maio de 2001, ao pesquisarmos nos mecanismos de busca da Internet por palavras, como por exemplo, mídias alternativas, Educação Ambiental e Ecoturismo, cerca de 55% dos resultados apontavam para websites com informações quase que invariavelmente pouco significativas. Propomos um espaço onde possam ser encontrados assuntos que façam parte das profundas raízes, histórias, culturas e diversidade do Estado do Paraná.

A proposta é que as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Meio Ambiente e Turismo, escolas particulares e empresas privadas que desejam investir em projetos educacionais e ambientais, adquiram assinaturas anuais da revista para distribuição pelo correio para as escolas que se cadastrarem. As revistas podem ser apenas cinco exemplares por escolas, sendo quatro exemplares para a biblioteca de acesso aos alunos e outro exemplar para o professor responsável pela área de Educação Ambiental.

As assinaturas serão enviadas mensalmente pelo correio diretamente às escolas. Cada assinatura garante o recebimento mensal de seis edições da Revista EcoBrasil, com o objetivo de contribuir para a formação da cidadania ambiental do aluno através do acesso às informações ambientais atualizadas, como também apresentar um novo mercado de trabalho ligado à prática do Ecoturismo e a preservação ambiental.

Do ponto de vista pedagógico, será possível implementar o nível de informações disponíveis nas escolas, sendo a revista uma nova fonte de pesquisa ambiental para estudantes.

A distribuição será de cinco exemplares para cada Escola cadastrada no programa, destinando quatro exemplares para a biblioteca e um exemplar para o professor responsável pela área de Educação.

É fundamental que os alunos tenham a oportunidade de ler a revista como um todo em sala de aula. Ler algumas manchetes e uma ou outra notícia, nota, matéria sobre preservação, prática do Ecoturismo, empresas ecologicamente corretas, novas formas de conservação, reciclagem ou que mais chamar a atenção. Assim, os alunos estarão sendo motivados para a leitura e criando uma nova consciência ambiental.

A partir deste contato inicial a criança ou adolescente começará a estabelecer uma relação de afinidade e curiosidade com os assuntos impressos na revista. O professor poderá incentivar o interesse dos alunos para vários segmentos como extinção de espécies, movimentos de cunho ambientalistas, práticas de turismo em áreas naturais, comunidades locais, uso sustentável dos recursos naturais.

Em outros meios a leitura da revista ajudará pesquisadores, planejadores, estudantes, consultores, empresários, autoridades responsáveis por políticas

públicas e gestão municipal, enfim, todos os interessados na atividade em diversos níveis, assim como os turistas, que poderão retirar valiosas informações e orientações para que atividade de Ecoturismo seja exercida de forma profissional, garantindo o alcance dos resultados econômicos esperados por toda a sociedade e ao mesmo tempo, assegurando sua sustentabilidade a longo prazo, protegendo o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná.

Outro propósito da revista é divulgar informações que efetivem o desenvolvimento de atitudes de consciência ecológica, contribuir através da informação para novas comunidades, desde que se disponham, possam ser visitadas e se beneficiem financeiramente com a prática do turismo natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Wilton. **O que é design?** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito de leitura.** São Paulo: Ática, 1988.
- BARRA, V. M. M. **Exploração de Necessidade Sócio-Educativas e Análises de Modelos de Programas Formativos de Educação Ambiental com caráter experimental.** Tese de Doutorado. Curitiba. 2000.
- BELLENGER, Lionel. **Os métodos de leitura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURGELIN, Olivier. **A comunicação social.** Tradução de: Isabel Brasil. São Paulo: Arte e Comunicação, 1970.
- CANEVACCI, Massimo. **Antropologia da comunicação visual.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CÉSAR, Newton. **Direção de arte em propaganda.** São Paulo: Futura, 2000.
- CRAIG, James. **Produção gráfica.** São Paulo: Nobel, 1987.
- DE, Josué. **The geography of hunger.** Boston, 1952, p. 97. Edição brasileira: Geografia da fome. 11ª Edição, Rio de Janeiro: Gryphuns, 1992.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 5. ed. São Paulo: Gaia, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- FERRI, Mario Guimarães (org.). **Por uma ecologia política.** Tradução de Rita Buongiorno. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1973.
- FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia.** 1999.
- FURTADO, Paulo J.; OLIVEIRA, Mário A. C. de Oliveira. **Preservar para a cidadania: o desafio atual do ensino da história.** Cascavel: IBPEX, 2001. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Latu Sensu em Metodologia do Ensino de História do IBPEX. Curitiba. 2000
- IUCN. **Cuidando do planeta Terra: uma estratégia para o futuro da vida.** Gland Switzerland: UICN/PNUMA/WWF, 1991.

- JACQUES, João Pedro. **Tipografia pós-moderna**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**. Blumenau: Edifurb, 2000.
- LINDBERG, K.; HAWKINS, D. **Ecoturismo - Um Guia para Planejamento e Gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1995.
- MERIGO, E. P.; MORESCO, R. F. G. **Meio Ambiente e Educação**. Curitiba: Campus, 1999.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO; EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo**. Brasília, 1999.
- NIEMEYER, Lucy. **Design no Brasil: origens e instalações**. Rio de Janeiro, 2AB, 1997.
- NOVA ESCOLA, ano V, n. 41, agosto de 1990.
- NUNES, E. O. (org.) **A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental, Reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PELLEGRINO FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus (Coleção Turismo), 1997.
- PETROCCHI, M. **Turismo Planejamento e Gestão**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- POSSAMI, K. C. **Educação Ambiental**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização Latu Sensu em Interdisciplinaridade na Educação Básica do IBPEX, Curitiba. 2000.
- RIBEIRO, J. **Tudo que você queria saber sobre propaganda e ninguém teve paciência para explicar**. São Paulo: Atlas, 1995.
- RIBEIRO, Milton. **Planejamento visual gráfico**. 7. ed. Brasília: Linha Gráfica e Editora, 1998.
- RIES, A.; TROUT, J. **Posicionamento, a batalha pela sua mente**. Tradução de Whitaker Penteado. São Paulo: Pioneira, 1999.
- RODRIGUES, A. M. **Turismo Espaço Paisagem e Cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- RUSCHMANN, D. **Turismo Planejamento Sustentável (A proteção do meio ambiente)**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999. Coleção Turismo.

SAMPAIO, R. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SHEPHERD, R. et al. **TURISMO PRINCÍPIOS E PRÁTICAS**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SILVA, O. A.; MINATTO, J. R. **Educação Ambiental sob a ótica do ecologismo ético**. Curitiba: Campus, 1999.

TAHARA, M. **Mídia**. 6. ed. São Paulo: Global, 1995.

TEDESCO, M. A. S.; BERNIERI, S. M. G. **Leitura, um alicerce para a escrita**. Curitiba: IBEPEX, 2000.

VEIGA, Eli da. **Ciência Ambiental, Primeiros Mestrados**. 1. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

VILLAS BOAS, André. **Utopia e disciplinas**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. 2 ed., São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1998.

WEYE, Hemman. **Simetria**. São Paulo: Edusp, 1958.

WILLIAMS, Robin. **Design para quem não é designer**. São Paulo: Callis, 1995.



Solicitação de Orçamento

(1)

Material: Revista EcoBrasil

Dados Técnicos

Quantidade: 5.000**Formato****Aberto:** 26,6 x 40,4 cm**Fechado:** 26,6 x 20,2 cm**Papel:** papel couchê**Cores:** 4 x 4**N.º de lâminas:** 24 (total pág.)**Acabamento:**

grampo [2] ; verniz UV

Observação:**Capa (1 lâmina):**PAPEL
couchê fosco 150grCORES
4 x 4ACABAMENTO
verniz UV na capa (inteiro)**Miolo:**PAPEL
couchê fosco 90gr
03 lâminas - couchê fosco 115grCORES
4 x 4

* Sem comissão de agência. Criação e editoração próprias.

Imagens**Fotógrafo:** --- x ----**Banco de Imagens:** Stock Photos / Image Bank**Digitalização de Cromos:** 36**Provas:** eletrostática**Prazo:** 15/04/02**Solicitado por:** Viviam**dms**



Reproset
Indústria Gráfica

Reproset Indústria Gráfica Ltda.

Rua Anne Frank, 2861 - Boqueirão
CEP 81650-020 - Curitiba - Paraná
Fone: (041) 376 1713 - Fax: (041) 276 4419

Orçamento
Nr.
043561.

CURITIBA, 27 de Março de 2002.

DMS GRUPO DE COMUNICACAO

At: CAROL

Fone: 3027-8448 Fax: 353-7378

Email: www.dmsgrupo.com.br

Ref: Orçamento de Serviços Gráficos

Em atenção a sua solicitação, informamos os valores para confecção dos seguintes impressos:

REVISTAS COM 24 PGS. + CAPA

FORMATO : 26,6 X 40,4 - ABERTO

26,6 X 20,2 - FECHADO

CORES : 4X4

PAPEL : COUCHE FOSCO 150 GRS. - CAPA

COUCHE FOSCO 90 GRS. - MIOLO

ACABAM. : GRAMPEADO AO MEIO / 01 DOBRA / VERNIZ UV TOTAL NA CAPA

Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5.000	2,8000	6.000,00

FOTOLITO FORNECIDO POR V.SAS.

Condições de Pagamento: 28 Dias

Prazo de Entrega: A Combinar

Validade do Orçamento: 10 Dias

Atenciosamente,


ROSANGELA APARECIDA BORGES RAMOS



Curitiba, 28/03/2002

DMS Grupo de Comunicação

A/C DMS Grupo de Comunicação

Att. Carol

Fone : (41) 3027-8448 Fax : (41) 353-7378

Prezado cliente,

Através desta, apresentamos nossa proposta orçamentária para confecção do(s) material(is) abaixo descrito(s):

Itens solicitados do orçamento : **18781.**

01 5.000 Revistas - "EcoBrasil" (capa + 96 páginas).

Capa: 26.6x40.4cm, 4x4 cores e Verniz UV frente em Couche Fosco Suzano 150g.

Miolo: 96 págs, 26.6x20.2cm, 4 cores e Verniz Fosco IR F/V em Couche Fosco Suzano 90g.

Grampeado, Dobras.

Total : R\$ 18.140,00 Unitário : 3,628 Pgto : 28 dias

02 1 Fotolito - "EcoBrasil" (capa + 96 páginas).

Capa: 26.6x40.4cm, 4x4 cores

Miolo: 96 págs, 26.6x20.2cm, 4 cores

Total : R\$ 3.275,00 Unitário : 3.275,00 Pgto : 28 dias

Validade da Proposta : 5 dias

Prazo de entrega: A Combinar após aprovação de fotolitos.

Vendedor : Irineu Oliva - (41) 9973-1462

Orçamentista : Universo

Atenciosamente,

Autorizo a confecção do(s) item(ns) acima assinalado(s).

Serzegrat Industria Editora Grafica Ltda.

DMS Grupo de Comunicação

1/1

Somente nos responsabilizamos por pagamentos efetuados à nossa empresa ou banco.

A execução dos serviços está vinculada à aprovação do cadastro.

A quantidade total entregue pode sofrer variações até 10% a mais ou menos.

- Impressão Off-set
- Impressão UV
- Serigrafia
- Flexografia

- Plastificação de papel
- Fotolito a cores
- Clichê de zinco
- Fotopolímeros

- Cartonagem
- Micro ondulado
- Displays
- Mouse pad

- Folders
- Rótulos
- Etiquetas
- Adesivos

- Revistas
- Livros
- Imantados
- Réguas

REVISTA

ECOBRASIL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO •

DESTAQUE

**Araras azuis dão
um espetáculo**

Ecoturismo de Aventura

**Foz do Iguaçu oferece
conforto aos ecoturistas**

Conheça a maravilhosa

Ilha
das Peças

REVISTA

ECOBRASIL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO •

Conheça a maravilhosa

Ilha das Peças

DESTAQUE

**Araras azuis dão
um espetáculo**

Ecoturismo de Aventura

**Foz do Iguaçu oferece
conforto aos ecoturistas**

REVISTA

ECO BRASIL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO •

DESTAQUE

**Araras azuis dão
um espetáculo**

Ecoturismo de Aventura

**Foz do Iguaçu oferece
conforto aos ecoturistas**

Conheça as maravilhas da
Ilha
das Peças

REVISTA

ECOBRASIL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO •

Conheça a maravilhosa

Ilha das Peças

DESTAQUE

**Araras azuis dão
um espetáculo**

Ecoturismo de Aventura

**Foz do Iguaçu oferece
conforto aos ecoturistas**

EDITORIAL

De olho no Futuro

Durante décadas o mundo sofreu constantes agressões em seu meio ambiente, sem ter noção de uso e a exploração intensiva de seus recursos naturais. A natureza, sempre generosa, oferece a oportunidade de recuperar parte do que já foi destruído.

A Revista EcoBrasil, surge como um instrumento de ação para veicular reportagens especiais, matérias de apoio à professores e estudantes, que querem, ou pelo menos tentam, mudar o mundo.

Nesta primeira edição você vai conhecer vários trabalhos de associações não-governamentais (ONG) que se dedicam a projetos de educação ambiental. São exemplos, muitas idéias simples e práticas, de projetos deram certo.

A revista também apresenta uma matéria especial sobre um dos cenários mais bonitos do Paraná, o litoral. Além de vários roteiros imperdíveis para você passar um final de semana com a turma ou a família.

Entre em contato conosco, mande sua sugestão e participe de nossa revista. Uma ótima leitura e aprendizado.

EQUIPE ECOTURISMO III

Projeto final de Pós-graduação

Tema: Mídia Gráfica de auxílio à prática do Ecoturismo e Educação Ambiental

Equipe: Dinaclei dos Santos

Talita Heloísa Bandeira Vanso

Viviam Marques Ledermann

Zenair Marques Ledermann

REVISTA ECOBRASIL

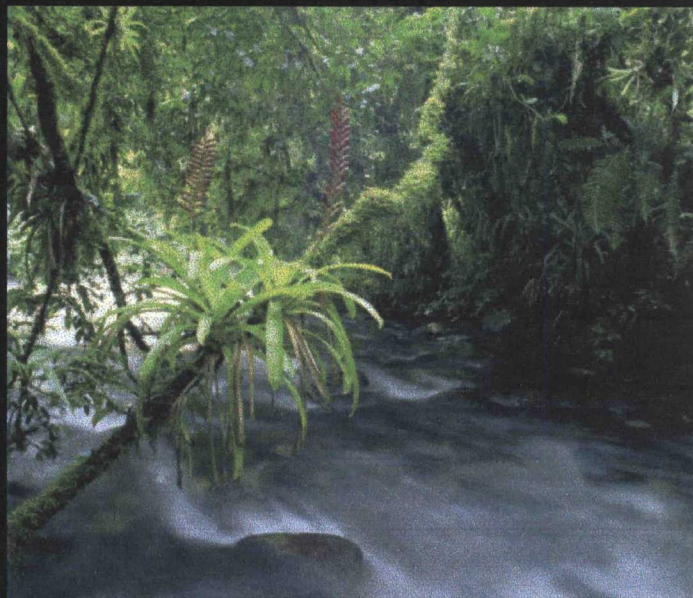
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOTURISMO®

Revista mensal publicada pela Equipe de Ecoturismo III - Rua Dosembargador Westphalen, 824, aptº 202, bloco B, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil • **Diretor da publicação:** Viviam Marques Ledermann; Talita Vanso; Dinaclei dos Santos • **Supervisão/Coordenação:** Viviam Marques Ledermann; Talita Vanso; Dinaclei dos Santos • **Jornalista Responsável:** Talita Vanso (MTB 0000/00/00) • **Redação e Revisão:** Viviam Marques Ledermann; Talita Vanso; Dinaclei dos Santos • **Realização e Direção de Arte:** Viviam Marques Ledermann • **Coordenação:** Viviam Marques Ledermann; Talita Vanso; Dinaclei dos Santos • **Design:** Viviam Marques Ledermann • **Fotos:** Image Bank (imagens meramente ilustrativas) • **Fotolito e Impressão:** Maxigráfica • **Colaboraram para a realização deste número:** Viviam Marques Ledermann; Talita Vanso; Dinaclei dos Santos. © EcoBrasil 2002

4

Espetáculo educativo

O Beija-flor mostra porque é tão apreciado e querido por todos



16

Diversão

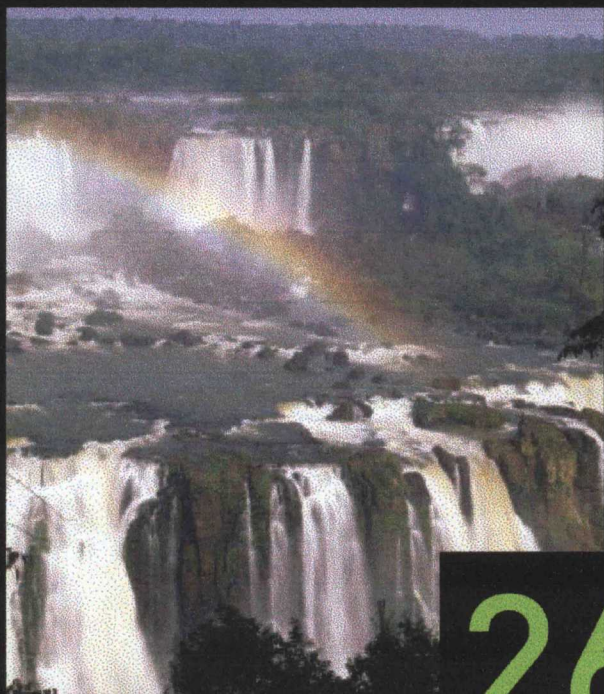
Conheça alguns lugares isolados das mãos dos homens e abençoados pelos Deuses



22

Cavernas

Dicas de Turismo de aventura
para quem vive
de adrenalina



26

Foz do Iguaçu

Dicas de ecoturismo
e os principais pontos
de uma cidade cheia de
belezas naturais

SUMÁRIO

- ➔ **4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL**
Os Beija-flores dão espetáculo enquanto professores e alunos vão a campo para aula de Educação Ambiental
- ➔ **6 DIVERSÃO**
Conheça lugares encantadores e intocados pelo homem
- ➔ **22 CAVERNAS**
Dicas de Turismo de aventura para aqueles que são amantes da natureza e movidos pela adrenalina
- ➔ **26 CAVERNAS**
Dicas de Turismo de aventura para aqueles que são amantes da natureza e movidos pela adrenalina
- ➔ **22 CAVERNAS**
Dicas de Turismo de aventura para aqueles que são amantes da natureza e movidos pela adrenalina
- ➔ **25 DIVERSÃO**
Conheça lugares encantadores e intocados pelo homem
- ➔ **26 FOZ DO IGUAÇU**
Dicas e facilidades na cidade de belezas naturais
- ➔ **30 FOZ DO IGUAÇU**
Dicas e facilidades
- ➔ **34 FOZ DO IGUAÇU**
Dicas e facilidades